



O GRUPO LEMANN E O “AULA NOTA 10 2.0’ COMO INDUTORES DE PRIVATIZAÇÃO NA FORMAÇÃO DE GESTORES EDUCACIONAIS

Viviane Cardoso da Silva
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (Brasil)
Endereço eletrônico: viviansylva@gmail.com

2172

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

O Grupo Lemann, entendido como uma rede que atua na educação básica de Municípios e Estados brasileiros, oferece em seu “cardápio” uma gama de cursos, atividades e materiais, voltados a formação de professores e gestores educacionais, desde o início dos anos 2000. Dentre tais ações, desenvolve o Programa Formar, em parceria com outras instituições, destacando-se a Elos Educacional e Instituto Gesto, empresas que atuam na formação de agentes públicos ligados à educação: Secretários de Educação, gestores educacionais, equipe técnica, professores etc.

Este trabalho objetiva compreender as relações entre formação de gestores, através de parcerias público privadas. A partir de um material utilizado pelo Grupo Lemann, denominado de “Aula nota 10 2.0”, escrito por Lemov (2018), busca-se analisar se este material contribui como indutor de privatização da educação básica.

A metodologia utilizada neste estudo tem sido a pesquisa histórica, que pode ser compreendida através “[...] de ‘achados’ – de novas fontes, de novas conexões entre as coisas, de comparações – ou surge de insatisfações com os acontecimentos existentes, [...] provocadas pelo surgimento de novos pontos de vista, de novas ‘teorias’, ou de novas curiosidades sociais. [...]” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 470). Partindo deste pressuposto, buscamos articular a pesquisa bibliográfica, incluindo artigos e indicações oferecidas pela disciplina à utilização de fontes primárias, entendidas como documentos disponibilizados pelo Grupo Lemann em seu portal, assim como a análise do livro “Aula Nota 10 2.0” (LEMOV, 2018).

A seguir apresentaremos os debates sobre as parcerias público privados, a atuação do Grupo Lemann e a utilização de materiais que podem induzir a privatização na formação dos gestores educacionais das redes de ensino.



DISCUSSÕES E RESULTADOS

Iniciamos este debate com uma das definições sobre o que seria privatização. Segundo Belfield e Levin (2002, p. 17) seria “[...] designação genérica de vários programas e políticas educativas [...] definidos como a “transferência de actividades, provisões e responsabilidades do governo/instituições ou organizações públicas para indivíduos ou organizações privadas.”.

Nesta lógica, Adrião (2018, p. 11) apresenta três dimensões ligadas a privatização da educação, que foram observadas através de pesquisas realizadas e disponibilizadas em vários bancos de dados, tais como: a oferta educacional, a gestão da educação pública e o currículo. Para fins de contribuição a nossa pesquisa, vamos apresentar apenas a sistematização que a autora faz sobre a gestão:

[...] Com Paro (1986, 2010) entende-se os termos gestão e administração como equivalentes em seu sentido geral: tomada de decisão sobre recursos e processos adequados para os objetivos educacionais estabelecidos, de modo que a privatização da gestão da educação pública refere-se à subordinação ao setor privado dos processos relativos à definição dos meios e dos fins desta educação. Esta dimensão da privatização pode ser captada em dois âmbitos: privatização da gestão educacional, quando os processos decisórios sobre a política educativa de uma rede ou de um sistema público de ensino são delegados ou passam a subordinar-se a instituições privadas lucrativas ou a estas associadas e privatização da gestão escolar relativa aos processos de delegação ou subordinação da gestão de escolas a estes mesmos atores (ADRIÃO, 2018, p. 12).

A partir da dimensão gestão educacional subordinada aos interesses do setor privado pode-se dizer que dialoga com o recorte proposto neste estudo ao observar como o Grupo Lemann atua nas redes de ensino público brasileira, através de outras instituições “parceiras” ou “associadas”.

Até 2021, o Programa Formar era desenvolvido por uma instituição parceira da Fundação Lemann, conhecida como Elos Educacional, empresa que desenvolvia o Programa Formar com a denominação “Gestão para a Aprendizagem” junto às Secretarias de Educação em duas frentes de trabalho: “educação pública de qualidade”, através da formação de toda a rede de ensino (Secretários, equipe técnica e pedagógica, profissionais da educação etc.), coleta de dados educacionais para elaboração de políticas públicas como o Plano Estadual ou Municipal de Educação e a criação das metas e avaliações sobre o sistema educacional; a outra frente era a “formação de

2173



lideranças para impacto social”, ou seja, seleção de pessoas que pudessem ter importância ou influência em seu meio educacional (ELOS EDUCACIONAL, 2021).

Em 2022, percebeu-se uma mudança da gestão operacional do Programa Formar, com nova instituição parceira, denominada Instituto Gesto, cujo objetivo é aperfeiçoar a “[...] gestão de redes públicas de educação no Brasil por meio do acompanhamento de políticas educacional e a troca de experiências entre as 27 redes estaduais e municipais participantes” (FUNDAÇÃO LEMANN, 2022), podendo atuar em até três anos cada uma delas. Sob nova direção, a Fundação Lemann continua gerindo as políticas de gestão e formação das redes em que atuava, alguns desde 2002.

Ao visitarmos o sítio do Instituto Gesto, percebemos a utilização de uma cara nova para implementar os projetos do Grupo Lemann, principalmente, a diversidade, com discurso inclusivo, identitário, o que possivelmente dialoga com a cooptação de pautas progressistas da nossa sociedade atual. A Instituição se apresenta como sem fins lucrativos e que passa a atuar na “evolução do Programa Formar”, entendendo este Programa como desenvolvimento e implementação de programas voltados ao “[...] fortalecimento e aprimoramento da atuação dos servidores públicos” (INSTITUTO GESTO, 2022), com metodologia personalizada, baseada em “dados e evidências”, possibilitando soluções e perenidade na gestão.

Ao observar estes termos “dados”, “evidência”, “perenidade” nos remete ao modelo de gestão que se “aprimora”, mas não deixa de ser a gestão da qualidade total, ligado a pedagogia das competências, também conhecida como pedagogia do capital. Freitas (2018) nos apresenta essa pedagogia transvestida de velhas ideias, apresentadas como novas.

Laval (2019, p. 251) também analisa essa pedagogia como “[...] função atribuída à escola na formação de competências e objetivos de eficiência [...], sob auspícios de uma ‘revolução gerencial’ [...] é gerir a escola como uma empresa[...]”, articulando ao que Adrião (2018) apresentou sobre a gestão, em que o grupo empresarial passa a gerir políticas e processos decisórios, apontadas como ações indutoras de privatização, assim como a utilização de materiais formativos para esse fim, tal como o “Aula Nota 10 2.0”.

O livro “Aula nota 10 2.0”, de Lemov (2018) é uma edição ampliada de 62 técnicas e práticas que promete melhorar a gestão da sala de aula. Esse livro de origem norte americana, foi publicado em Nova Jersey, em 2015, e no Brasil foi patrocinado pela Fundação Lemann, Elos Educacional e FGV/EBAPE e utilizado como material



formativo de gestores e professores, nas redes de ensino em que a Fundação Lemann e a Elos Educação atuaram até 2021.

Tanto o livro físico quanto ebook, Lemov (2018) apresenta-o dividido em quatro partes e doze capítulos, nestes estão distribuídas as 62 técnicas e práticas. Dentre tais partes chama atenção o debate sobre a gestão educacional, quarta parte em que o autor a denomina como “Cinco princípios da cultura escolar”: disciplina, administração, controle, influência e envolvimento.

Sobre o princípio da administração Lemov (2018) diz que significa “[...] o processo de reforçar o comportamento por meio da utilização de consequências e recompensas.” (LEMOV, 2018, p. 281), continuando, “Salas de aula eficazes precisam de sistemas de administração.” (ibidem), entendendo que administrar salas ou espaços escolares pode ter a ver com “distribuir dinheiro” através de recompensas, mas que os 4consequências e maquiavélicos em relação às recompensas.” (ibidem). Lemov (2018) não explica o que chama de consequências e não faz nenhuma mediação sobre a administração da escola articulada à sala de aula, ele chama tudo de administração, sem coletividade e com altos índices de competitividade, típicos de projetos neoliberais.

É complexo pensar que a única forma de se ter uma educação de qualidade na periferia é baseada em disciplina, controle, influência, sem contradições ou pluralidade de ideias. Silva e Oliveira (2021, p. 4) nos alertam os processos decisórios globais que “[...] torna o espaço político um mercado de ideias, de discursos, de práticas em que agentes externos têm uma grande capacidade material e ideológica para definir agendas e prioridades, principalmente nos países periféricos e semiperiféricos [...]”. Desta forma é possível compreender as contradições do que são propostas educacionais criadas e implementadas por grupos empresariais no Brasil e a tentativa de construir consensos emblemáticos quando se trata da educação na periferia de cada lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar reflexões críticas sobre o tema privatização da educação básica é um desafio histórico. Há muitas contradições no processo de constituição das “parcerias” e na compreensão das reais intenções, seja na esfera pública que se submete, quanto a esfera privada, que pauta ações, políticas e se beneficiam dessas atividades.

Em relação ao Grupo Lemann, tem sido o desafio mapear as suas ações, pois mudam constantemente de estratégias e de parceria, como forma de mascarar a



realidade, para que dificulte que possamos compreender estas relações em rede e a atuação local.

Ao observar os rumos da privatização da educação em nosso país: grupos empresariais difundindo a larga escala seus posicionamentos sobre o que defendem da escola pública. Que escola pública? Para que sujeitos? Quando lemos os materiais que o Grupo Lemann disponibiliza para a formação de professores, percebemos modelos de escolas públicas diferentes, tais como centro e periferia, como se as escolas periféricas só restassem a disciplina e a aceitação, diante do que não muda, enquanto em outros espaços se fala em lideranças sociais, em projetos inovadores, ou seja, projetos de sociedade que segregam os direitos e a justiça.

2176

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Professores. Parceiras Público-Privadas. Privatização e História.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. *Currículo sem Fronteiras*, [s.l.], v. 18, p. 8-28, 2018. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf> Acesso em: 25 de janeiro de 2022.

ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução Andréa Dore. Bauru, SP: EDUSC, 2006. (Coleção História)

BELFIELD, C. R.; LEVIN, H. M. **A privatização da educação: causas e implicações**. Porto: ASA Editores/ UNESCO, 2002.

ELOS EDUCACIONAL. **Quem somos**. s.d., s.p.. Disponível em: <https://www.eloseducacional.com/quem-somos/>. Acesso em fevereiro de 2021.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Como atuamos: aprendizagem**. s.d., s.p. Acesso em 16.02.2022. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/educacao-publica-de-qualidade/aprendizagem>

INSTITUTO GESTO. **Sobre o Instituto Gesto**. s.d., s.p. Acesso em 16.02.2022. Disponível em: <https://instituto-gesto.gupy.io/>

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEMOV, D. **Aula nota 10 2.0: 62 técnicas para melhorar a gestão da sala de aula**. 2a. Edição. Porto Alegre: Penso. 2018.